

# FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

*Autarquia Municipal de Ensino Superior*

[www.direitofranca.br](http://www.direitofranca.br)

## Revista Eletrônica

### EDITORIAL

**Rafael Tomaz de Oliveira**

*Graduado pela Faculdade de Direito de Franca*

*Doutorando em Direito pela UNISINOS-RS*

*Bolsista de Doutorado do CNPq*

Você, leitor amigo, já refletiu sobre o futuro do papel, das publicações impressas? De minha parte, já pensei nisso algumas vezes... Nalguns casos, provocado por leituras de textos que abordam a questão do virtual, da sociedade em rede, etc.; noutros afetado diretamente por nossa “realidade circundante”. De fato, cada vez mais o prefixo “e” (espécie de código que demarca as fronteiras do virtual) se faz presente na série de neologismos que incorporamos à nossa linguagem para se referir ao “mundo da informática”: primeiro, na era mesozóica da computação, veio o *e-mail*; depois vieram os *e-book's*; agora já falamos em *e-process* (isso mesmo, esse neologismo quer se referir ao processo de informatização e virtualização dos processos judiciais!) e, em março de 2011, o *The New York Times* noticiou, em reportagem intitulada “Trabalho para um Advogado robô”, a existência no mercado de um *software* de automação do trabalho advocatício chamado *e-discovery*...

O filósofo Ernildo Stein afirma que esse fustigante processo de modernização da informática nos conduziu a produzir a representação de um “corpo virtual”. Uma afirmação que, diante de todas as evidências, fica difícil de refutar. Também Slavoj Žižek realiza uma análise interessante que denota a existência deste “corpo virtual”. Segundo o filósofo esloveno, o ciberespaço está organizado atualmente na forma de “nuvem” – é o fenômeno da “computação em nuvem” – cuja principal característica reside no fato de que o acesso ao “corpo virtual” dispensa que o usuário esteja conectado a máquinas individuais potentes, grandes e pesadas, bastando um pequeno telefone celular (de se acrescentar: no contexto atual, o telefone celular é uma verdadeira extensão do “corpo físico” do indivíduo que o utiliza), ou um tablete com tecnologia 3G. Por outro lado, milhões de computadores interligados compartilham recursos nessas nuvens. Um livro disponibilizado no portal *Google Book's*, por exemplo, pode ser acessado a qualquer momento, e em qualquer lugar do mundo, na tela de um destes telefones celulares, numa fração mínima de segundos.

Não há dúvidas, portanto, de que a produção e a transmissão da informação se apresentam em avançado estágio de virtualização, estão inseridas nessa “computação em nuvem” e conformadas por nossas representações a respeito do “corpo virtual”. Nessa medida, a produção acadêmico-científica precisa também se movimentar na onda desse inexorável processo. Talvez por isso, seja possível verificar atualmente uma tendência mundial nos grandes centros de pesquisa de migração da publicação da produção científica dos pesados volumes impressos em papel em direção ao ciberespaço, através de repositórios virtuais conhecidos como revistas

# FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

*Autarquia Municipal de Ensino Superior*

[www.direitofranca.br](http://www.direitofranca.br)

## Revista Eletrônica

eletrônicas (no campo do direito, revistas prestigiadas como a *Harvard Law Review* e a *German Law Journal*, encontram-se disponíveis na forma digital). Essa virtualização da publicação da produção científica aumenta o âmbito de impacto das pesquisas, possibilita – a princípio – maior acesso aos seus resultados, mas também é importante para que se estabeleça um ambiente de reflexão crítica da própria situação do ciberespaço. Reflexão essa que deve cobrir desde questões atinentes a sua regulamentação, até aos problemas que envolvem mais de perto as relações pessoais que se desenvolvem no contexto da “computação em nuvem”.

Por todas essas razões, é alvissareiro poder saudar a publicação do 4º número da Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca. De um modo especial, é preciso render homenagens ao prof. Dr. Euclides Celso Berardo que, na condição de Diretor da Faculdade de Direito de Franca, teve a coragem necessária para inseri-la no interior de todo esse processo, de modo a possibilitar a participação da comunidade – docente e discente – nos debates contemporâneos que envolvem a discussão das relações entre o Direito e a Sociedade.

Nesse contexto cibervirtual, é cada vez mais difícil manter a periodicidade das publicações. Nunca é demais lembrar que a regularidade das publicações é uma condição necessária para a própria existência da Revista. A facilidade de criação de revistas virtuais – que dispensam os altos custos que envolvem as publicações impressas – fez com que, nos últimos anos, pululassem Revistas Jurídicas (isso potencializado pelo pitoresco fato de que a área do Direito convive, no Brasil, com mais de 1.100 cursos de graduação e quase 80 cursos de pós-graduação *stricto sensu*), aumentando as demandas por artigos e acarretando, inevitavelmente, uma queda na qualidade das publicações. Manter a regularidade da edição, com o necessário equacionamento da qualidade dos artigos publicados, é quase um trabalho de Hércules. Este esforço – no âmbito desta Revista – é todo da sua editora, prof. Dra. Tayara Talita Lemos.

Ademais, os professores: Dr. Henrique Garbellini Carnio, Dr. Antônio Milton de Barros, Dr. João Carlos Bianco e Dr. José Sérgio Saraiva, devem ser lembrados como construtores e mantenedores do espaço de pesquisa e produção da FDF, o que enaltece o espírito científico indispensável para a vida universitária e contribui para a preservação da Revista.

Por fim, devo consignar que minha felicidade pela afirmação e solidificação desta Revista Eletrônica e – em última análise, da própria produção científica da FDF – não é por outro motivo além daquele que emerge do fato de minha condição de (orgulhoso) ex-aluno. Esse importante fator me faz reconhecer, no trabalho que aqui se apresenta, um pouco de mim mesmo.

Para você, leitor com quem iniciei esse diálogo a título de editorial, meus votos de Boa Leitura!